



Observatório de Política Exterior do Brasil

**– Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 515
09/09/2016 a 15/09/2016¹**

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

Coordenação: Prof. Dr. Eduardo Mei

Equipe de revisão: Giovanni Sarto, Letícia de Lima Santos, Rúbia Áisa Marcondes da Fonseca.

Equipe de redação: Bruna Spinelli, Guilherme Rocha Fabro, Maria Medeiros Palazzo Rolim, Mateus Casellato Baioni, Rodolfo Queiroz Sverzut, Taynara Martins Batista e Taís Caroline de Oliveira.

¹Nos dias 9, 10,11 e 12 de setembro não houve notícias de política externa brasileira.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Temer ratificou acordo sobre mudanças climáticas

No dia 12 de setembro, o presidente Michel Temer sancionou a validação do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas. Durante a cerimônia de ratificação, ao lado dos ministros das Relações Exteriores, José Serra, e do Meio Ambiente, José Sarney Filho, Temer afirmou que o acordo de mudança climática não é apenas uma questão de governos, mas sim uma questão de Estado (Folha de S. Paulo – Mundo – 13/09/2016; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 13/09/2016).

Brasil, Argentina e Paraguai aprovaram presidência colegiada

No dia 13 de setembro, em nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai decidiram afastar a Venezuela da presidência pro tempore e criaram uma presidência colegiada do Mercosul até o dia 1º de dezembro de 2016. Foi acordado também a suspensão da Venezuela caso o país não incorpore à sua legislação interna todas as regras do bloco até esta mesma data. A decisão não foi unânime, pois o Uruguai preferiu abster-se (Folha de S. Paulo – Mundo – 14/09/2016; O Estado de S. Paulo – Internacional – 14/09/2016; O Estado de S. Paulo – Internacional – 15/09/2016).